



As greves de maio de 1978 na capital: autonomia operária e ação militante

Caio T. Martins Ferreira

Qual o significado das greves de maio de 1978 que, ao eclodirem sucessivamente e quase que de modo imprevisível, sem nenhuma direção explícita, nas indústrias metalúrgicas de São Paulo e adjacências, revelaram contudo uma forma de organização de certo modo inédita – as comissões de fábrica?

Quem lança a pergunta é Amnérís Maroni logo no primeiro parágrafo do seu livro *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*, publicado em 1982 pela Brasiliense a partir da monografia apresentada um ano antes no mestrado em História do IFCH/Unicamp. Na tentativa de respondê-la, a autora irá se voltar ao cotidiano da fábrica, analisando a organização capitalista do processo de trabalho e as formas de resistência assumidas pelos operários.

Propositalmente, Maroni se afasta das explicações que considera meramente “contratuais” e “nominalistas”. Por exemplo, do enquadramento *a priori* das greves metalúrgicas no processo de redemocratização, que as reduz como um momento particular de um movimento de toda “sociedade civil” por um novo “contrato social”. Enfim, das leituras que, tendo nomeados já de partida os aspectos centrais dos conflitos sindicais, acomodam o movimento real e as formas específicas que desenvolve autonomamente – no caso, as comissões de fábrica – dentro de algum modelo pré-concebido. Tais são as análises das correntes e pesquisadores que buscam na ação operária a confirmação de seus projetos políticos, mas não só: também o discurso dos dirigentes sindicais em geral se restringe aos aspectos *contratuais*, como a negociação salarial.

Por essa via, “perde-se a dinâmica da luta de classes constantemente redefinida (...); [se] perde e oculta a emergência da história, enquanto contínua reposição do novo” (p. 16-17), e não se chega a uma resposta àquela pergunta inicial. Como apreender o significado do movimento grevista e suas formas de organização novas? O problema se mostra ainda mais sério com a constatação de que mesmo os metalúrgicos participantes das greves de maio, quando entrevistados, se centram também na discussão contratual, ao tentarem sistematizar suas reivindicações.

Como saída, a autora tenta analisar o movimento a partir daquilo que chama de “discurso da ação”, procurando enxergar o conteúdo implícito na experiência concreta de luta; conteúdo que, ainda não definido – não nomeado –, encontra-se “oculto”. Trata-se de um discurso que “exige de quem quer vê-lo a compreensão de que (...) a luta que tem lugar ‘aqui e agora’ traz em si propostas de intenções futuras” (p. 18).

Efetivamente, ao assumir seu enfoque no conteúdo da ação operária, a obra *A estratégia da recusa* está a distinguir duas dimensões que são constitutivas de qualquer movimento social: de um lado, as reivindicações formuladas e declaradas; de outro, a forma de organização que se assume para empreender a luta.¹ É assim que Maroni encontra, na organização de uma greve que reivindica aumento salarial, a luta operária contra a organização capitalista do processo de trabalho. Se, como diz Marx, não podemos julgar um indivíduo pelo que pensa de si mesmo, tampouco podemos compreender um movimento só pelo seu discurso – ao contrário, é necessário explicar sua consciência pelas contradições da vida material, pelas relações sociais de produção.

O “discurso da ação” leva a autora a adentrar sua análise em um campo até então “mantido a uma ‘distância segura’ pelo discurso explícito: *a fábrica*” (p. 19), o lugar de onde a mobilização de maio de 1978 toma sua forma. Para entendê-lo, Maroni retoma o projeto taylorista de organização do processo produtivo, e aponta como este se baseia na sabedoria do próprio operário sobre seu trabalho que, dele expropriada, é reelaborada e centralizada no papel da gerência. Separando as funções

1. João Bernardo, ao definir a diferença entre esses “dois aspectos indissociáveis mas, ao mesmo tempo, inconfundíveis” que conjugam as lutas dos trabalhadores em Economia dos conflitos sociais (São Paulo: Cortez, 1991, p. 416), observa que: “É decisivo o fato de que as mesmas reivindicações possam processar-se mediante formas de organização diferentes, por vezes mesmo antagônicas. Só depois, a prazo, é que a identidade ideológica inicial, revelada na formulação reivindicativa comum, diferencia-se em ideologias distintas ou antagônicas, que expressam diferentes formas reivindicativas”.

de gestão da execução, essa “racionalização” aprofunda a hierarquia da empresa e individualiza os trabalhadores, fragmentando-os em seções e lhes retirando controle sobre o ritmo, qualidade e quantidade. A autora recorre à noção de *poder disciplinar* de Foucault para descrever a articulação estratégica do tempo e do espaço da fábrica como elementos centrais da dominação.

Ao criticar a organização disciplinar da empresa, Maroni se contrapõe novamente a um *apriorismo* – do marxismo ortodoxo que nela reconhece um fator necessariamente positivo em si: o “desenvolvimento das forças produtivas” – e à ótica contratual que, não enxergando as lutas para além do salário, passa a falar no fim da “consciência explorada” nas indústrias modernas. A mesma crítica, por outro lado, se assenta na atividade dos trabalhadores, ao identificar que o enfrentamento da organização capitalista do processo de produção vai se tornando cada vez mais central nas lutas operárias.

Essa *recusa* operária torna a luta permanente no nível da produção. “As campanhas salariais já não seriam o momento do conflito, mas o momento em que se sanciona uma determinada correlação de forças produzidas no interior da fábrica, através do conflito permanente” (p. 18). Da sabotagem individual – desgastar as máquinas, fazer corpo-mole, etc – às formas clandestinas de luta coletiva, como a *operação tartaruga*, os trabalhadores empreendem um enfrentamento prático àquela disciplina, rompem com a atomização que lhes é imposta e recuperam “*algum controle sobre o processo de trabalho*” (p. 47).

É dessa resistência subterrânea que irrompem as greves de maio de 1978. Ainda que a campanha contra o arrocho salarial conduzida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo tenha sido um fator de agitação importante naquele período, ela não dá conta de explicar, segundo Maroni, a eclosão do movimento da capital paulista, marcado pela formação das comissões de trabalhadores nas fábricas, por fora e à revelia do sindicato oficial. As greves emergem do aprofundamento daquele conflito permanente, pois “só após a experimentação do *controle operário* sobre o processo de produção – quanto ao tempo de trabalho, reações das chefias –, parte-se, em um segundo momento, para a luta aberta, desencadeando, por exemplo, a greve” (p. 52). Essa experiência anterior é fundamental, pois nela os trabalhadores se reapropriam da racionalidade imposta à fábrica pelo capital, invertendo-a, e assim criando novas formas de organização: “ao lutar com as mesmas armas que os controlam, os trabalhadores imprimem a elas um novo sentido” (p. 54).

As comissões de fábrica, ao excluírem as chefias, substituem o verticalismo da administração capitalista pela “comunicação horizontal” entre os operários; apontam assim para a possibilidade de autogestão da produção. O livro detalhará a experiência de três comissões: da MWM, da Massey Ferguson e da Caterpillar, observando seu surgimento orgânico ao processo de luta e as imposições da conjuntura de negociação com os patrões. Para Amnéris Maroni, as comissões “não podem ser analisadas como forma organizativa *autônoma* em relação ao processo de trabalho, nem como *projeto político* exterior à resistência operária” (p. 69), e sim como “uma proposta política de classe”.

Uma proposta política de classe, mas produzida apenas pelas pressões das condições imediatas daquelas fábricas – por assim dizer, “espontaneamente”? Sem dúvidas as comissões expressam, como diz Maroni, a “criatividade operária”. Mas o que explicaria, então, que essa criatividade tenha se manifestado de formas tão diferentes, no mesmo período e em locais tão próximos quanto a São Paulo e o ABC? Se na capital as comissões cumpriram um papel central, no ABC estiveram reduzidas frente à direção do Sindicato na condução a luta. O que fez com que o aprofundamento do conflito permanente imprimisse sentidos diferentes ao movimento nas fábricas de um lugar e de outro?

Não seria a atividade dos militantes operários o ponto-chave, ainda intocado, para resolver essa questão? Ora, no caso do movimento na capital, parece impossível compreender sua forma específica do movimento ignorando a atuação militante de uma década da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM), organização cujo surgimento remonta às eleições sindicais de 1967, mas que se constitui ao longo dos anos 1970 como uma frente de trabalhadores baseada na atuação cotidiana nos locais de trabalho, estimulando a resistência operária clandestina, politizando cada conflito, e defendendo como proposta, na crítica à estrutura sindical, as comissões de fábrica. Que a experiência prática das comissões durante as greves de maio de 1978 constituiu uma novidade criada pelos trabalhadores em luta é verdade, bem como foi parte ativa dessa criação a militância que participou do movimento e elaborou sua ação com referência em experiências históricas, como a Comissão da Cobrasma em Osasco (esmagada pela repressão da ditadura em 1968) e outras do proletariado internacional.

Em *A estratégia da recusa*, porém, tal atividade é secundarizada. Mais precisamente, é obscurecida: pois os militantes se fazem sempre presentes ao longo da narrativa – distribuindo “mosquitinhos”, colando notícias de jornais nas portas de banheiros, organizando clandestinamente “grupos de

fábrica”, transformando conflitos individuais em coletivos –, mas quase nunca nomeados (a OSM, por exemplo, aparece em minúsculas e genericamente como “oposições sindicais”). Há um trecho pontual em que Maroni reconhece que “a ação política desses militantes mostrou-se fundamental na articulação, sustentação e direção do movimento em cada fábrica”, mas que, “apesar disso, sua prática não pode ser vista *autonomizada* em relação ao movimento geral de resistência difusa e espontânea” (p. 70). Está clara sua preocupação em evitar fazer uma “história política”, das siglas de correntes e nomes de personagens, descolada da ação operária; no *discurso da ação* o esforço é por uma história baseada na movimentação da classe.

Os depoimentos de operários, que constituem uma das principais fontes da pesquisa, são sempre apresentados anônimos, mas certamente muitos dentre os entrevistados eram militantes. Por mais que pese a repressão estatal e empresarial aos lutadores, o anonimato corresponde aí também a uma concepção política. Ainda quanto às fontes, é curioso observar que a maior parte dos documentos consultados sejam provenientes dos sindicatos oficiais – atas e publicações – e da militância de oposição constem pouquíssimos folhetos e, quem diria, as resoluções do I Congresso da OSM.

Nessa crítica à obra é preciso, porém, ponderar o significado político de se afirmar a “resistência difusa e espontânea” e “sem nenhuma direção explícita” naquele momento de início dos anos 1980, quando o entusiasmo de grande parte da esquerda se voltava ao ABC, onde o processo esteve centrado nos sindicatos oficiais e em seus dirigentes, como o carismático Lula.

A estratégia da recusa se insere em um momento de disputa. As lutas operárias que emergiam se desdobravam em sentidos estratégicos diferentes, até conflitantes, e o caminho que seria seguido a partir dali estava ainda em aberto. É nesse contexto que se situa a defesa de Maroni da autonomia operária, que ganha corpo nas comissões de fábrica. O que não se pode perder de vista, porém, é que a aparição desse mesmo projeto de autonomia não esteve descolada da uma empreitada militante – ainda que, ao irromper na prática, a experiência de luta aberta e generalizada tenha potencializado e superado os limites do trabalho anterior.

MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

MARONI, A. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. 1981. 209 pg. Dissertação de Mestrado em História – IFCH/Unicamp. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000047681>>. Acesso em 30/08/2014.